

ACESSIBILIDADE, AUTENTICIDADE E PATRIMÔNIO RECENTE NO BRASIL: O PALÁCIO ITAMARATY E O INSTITUTO CENTRAL DE CIÊNCIAS – ICC

Oscar Luís Ferreira ^{1*} e Marco Aurélio da Silva Máximo ²

1: Departamento de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo – TEC
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU
Universidade de Brasília – UnB

Instituto Central de Ciências - ICC Norte, Gleba A, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte, Caixa Postal 04431, CEP: 70904-970, Brasília/DF, Brasil
e-mail: oscar@unb.br web: <http://www.unb.br/fau>

2: Programa de Pesquisa e Pós-graduação – PPG
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU
Universidade de Brasília – UnB

Instituto Central de Ciências - ICC Norte, Gleba A, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte, Caixa Postal 04431, CEP: 70904-970, Brasília/DF, Brasil
e-mail: marco.aurelio.Máximo@gmail.com

Palavras-chave: Patrimônio Recente, Acessibilidade, Autenticidade, Preservação

Resumo. Grande parte do patrimônio arquitetônico brasileiro é constituída por edificações dos séculos XVI, XVII e XVIII (Brasil colônia) ou oriundas do século XIX (Brasil Império). A este vasto conjunto soma-se hoje o patrimônio arquitetônico moderno, edificado nos séculos XX e XXI. Obras, que por suas características estéticas e construtivas impõem a arquitetos, e à sociedade em geral, a redefinição de critérios de preservação. As características técnicas e espaciais da arquitetura recente impõem também a releitura de princípios de intervenção expostos nos documentos patrimoniais, como a mínima intervenção, a distinguibilidade, a adaptação a novos usos ou a sua destinação a usos úteis à sociedade, a reversibilidade e autenticidade, entre outros. Dentre estes, destacam-se neste estudo a adaptação para novos usos, a distinguibilidade e a autenticidade. O primeiro envolve, por exemplo, a acessibilidade. O respeito à norma brasileira NBR-9050 é uma exigência do decreto nº. 5.296 desde 2004 e uma imposição moral. O segundo sugere que as intervenções sejam evidenciadas, porém grande parte das técnicas construtivas utilizadas no séc. XX ainda está em pleno uso nos dias atuais, por exemplo, o concreto armado. Além do que, estratégias de acesso, como o uso de rampas, são também características da arquitetura moderna brasileira, porém neste caso sem nenhum objetivo de acessibilidade universal. Por fim, o terceiro princípio a autenticidade: como garanti-la adaptando um bem a novos usos e, principalmente, garantindo o acesso a todos? Este desafio, o equilíbrio da preservação do patrimônio arquitetônico recente e a garantia do acesso a todos, foi estudado em dois monumentos distintos: O Palácio Itamaraty e o Instituto Central de Ciências – ICC, obras projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, construídas na década de 1960, em Brasília, ícones da arquitetura moderna brasileira. Para a análise das edificações utilizou-se a “Matriz de Autenticidade e Acessibilidade”, ferramenta que possibilitou a obtenção de informações sobre as características das edificações no que diz respeito aos elementos que configuram a autenticidade, na identificação de barreiras arquitetônicas e, por fim, na indicação de intervenções para a melhoria das condições de acesso aos monumentos, respeitando-se a autenticidade. Oferecendo assim dignidade de acesso, não apenas às Pessoas com Deficiência, mas a todos, tendo em vista que o envelhecimento é um fato natural da vida humana.

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio arquitetônico moderno é, em muitas cidades e, especialmente, na cidade de Brasília, uma construção cultural que domina, compõe e configura a paisagem urbana. Cidade, entendida aqui, como a definiu Aldo Rossi [1], como um conjunto de fatos urbanos cada um com características próprias, como forma, desenho e, principalmente, sua própria temporalidade, ou seja, sua permanência ao longo do tempo e que pode ainda hoje ser usufruída. Fatos que, em Brasília, são configurados pela presença massiva de uma arquitetura produzida dentro dos preceitos do movimento moderno, que, em sua maioria, datam do final da década de 1950, mas que também foram produzidos durante as décadas de 1960 até 2000. Desta maneira, pouco menos de duas gerações (60 anos) nos afastam das origens dos edifícios mais antigos, como o Palácio da Alvorada (1957), a Catedral Metropolitana (1958) ou o Palácio do Planalto (1958). Até chegarmos a edificações como o Complexo Cultural da República, inaugurado em 2007.

Neste panorama de uma arquitetura recente, em constante uso e manutenção, a cidade é vivenciada diariamente. As obras de autores consagrados, como Oscar Niemeyer (citadas anteriormente) e Lucio Costa, como a Plataforma Rodoviária (1960) e a Torre de TV (1967), se formam parte importante da paisagem não são a totalidade das obras modernistas da capital. Edifícios como o Sede I do Banco do Brasil (1959) de autoria do arquiteto Ary Garcia Roza, o edifício sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (1964) do arquiteto Elvin Mackay Dubugras, o Tribunal Superior Eleitoral – TSE (1971) do arquiteto Nauro Jorge Esteves, os edifícios sede da Construtora Camargo Corrêa (1974) de João Filgueiras Lima (o Lelé), os diversos blocos residenciais (1975) de Marcílio Mendes Ferreira e obras mais atuais, como a sede do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2011) de Álvaro Puntoni, configuram os fatos urbanos mais afastados dos eixos rodoviários que cortam e configuram a cidade e de sua escala monumental e compõem as escalas gregária e residencial.

Aos autores mais consagrados e às obras paradigmáticas, a prática preservacionista reserva intervenções restritivas e, quase exclusivamente, o restauro. Às obras mais recentes modernas ou não e que não se inserem neste seletivo grupo as intervenções podem ter ênfase na criatividade, como a mudança de uso, a adaptação e a renovação. No entanto, as cartas patrimoniais não são claras ou se omitem quanto aos monumentos modernos e a arquitetura recente. Na maioria das vezes não nos auxiliam quanto ao que significa preservar e intervir no patrimônio moderno.

O distanciamento temporal, ou melhor, a proximidade histórica entre o edifício e aqueles que o qualificam e valoram, como sugere Jukka Jokhileto [2], também dificulta uma completa, correta e sóbria análise do patrimônio arquitetônico moderno. A avaliação de significância cultural leva tempo, pois se fundamenta na identificação de valores já consolidados dos bens culturais como, a história, a estética, e outros valores como os sociais, científicos e espirituais.

Esta consolidação confere a um determinado bem patrimonial sua autenticidade, característica extremamente valorizada pela prática preservacionista tradicional. Tais valores estão presentes, especialmente, na consistência material (materiais e substância, como cita a Carta de Nara de 1994) e são perceptíveis através das marcas da passagem do tempo deixadas sobre os monumentos: a pátina. A arquitetura moderna, em contrapartida, utiliza materiais que já demonstraram não possuir a mesma vida útil ou durabilidade que os materiais utilizados em edificações produzidas pela arquitetura tradicional. O concreto armado aparente, o aço, o vidro, o alumínio, entre outros, também não aceitam a pátina com facilidade, pois as marcas do tempo nestes materiais, manchas, pequenas trincas, fissuras e corrosão não estão associadas à passagem do tempo e ao valor de antiguidade, mas, sobretudo a problemas de desempenho. Representam sintomas de patologias que devem ser reparados, o que dificulta ainda mais as avaliações quanto à autenticidade.

Além disto, exigências contemporâneas relativas à acessibilidade universal, à segurança e à saúde pública associadas às mudanças de uso e função constituem questões que se colocam, igualmente, para a prática preservacionista de bens culturais tradicionais ou modernos. Intervenções para

adaptação do patrimônio moderno fazem uso de materiais como, concreto aço e vidro, os mesmos utilizados na arquitetura moderna. Não podemos perder de vista nestes casos, a proximidade no tempo entre a produção da obra e as intervenções realizadas, fato que interfere na avaliação da autenticidade. Resta-nos perguntar: como intervir de modo a atender as exigências atuais da legislação sem descaracterizar o patrimônio arquitetônico moderno? Porém, o que define e caracteriza a arquitetura moderna, se esta ainda padece da ausência de uma cultura da preservação, de um arcabouço teórico próprio capaz de alicerçar uma prática consistente?

Teodore Prudon alerta que:

The preservation of modern architecture requires a shift to a focus (...) While significance has historically been found largely in a building's physical reality, modern architecture's significance has gravitated toward the conceptual: the idea of the architect's design intent. Questions about preserving the design as built or as intended, even if original materials must be sacrificed, arise as a result of efforts to establish and maintain continuity with the intent of the designer rather than just in the material. [3]

A preservação do bem cultural moderno deve ser um conceito relacionado com a sobrevivência no tempo de uma concepção espacial moderna intrinsecamente ligada à integração das artes, à *promenade architecturale*, ao uso do *pilotis*, ao terraço jardim, à janela em fita, à fachada livre e à planta livre. Ou seja, os cinco pontos da “Nova Arquitetura”, conceito proposto por Le Corbusier, em 1926 e que fortemente influenciou a arquitetura moderna no Brasil a partir da década de 1930. E, que, em 1947, naturaliza-se como brasileira, com a construção do Ministério da Educação e Cultura – MEC, no Rio de Janeiro, projeto realizado pela equipe de arquitetos composta por Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira e Le Corbusier, como consultor. No Palácio Gustavo Capanema, como também é conhecido, estão presentes praticamente todos os elementos propostos por Corbusier para a arquitetura moderna. Porém, além destes estão presentes, a arte integrada, o concreto aparente, o artesanato, a plasticidade, o simbolismo, a leveza, entre outros dos nove pontos citados por Yves Bruand [4] que definem a arquitetura moderna brasileira, tanto paulista quanto carioca.

São tais características que conformam a intenção original, a concepção espacial do patrimônio a ser preservado e que conseqüentemente devem ser levadas em consideração quando nos referirmos a intervenções de adaptação para a acessibilidade universal. José Antonio Juncà Ubierna [5] nos alerta, no entanto, que “*es muy conveniente que la mirada a la Accesibilidad desde Patrimonio sea serena, que se esfuerce en escuchar, receptiva, abierta y –probablemente- menos rígida de lo que lo fue hasta ahora*” [5].

Este artigo procura, dentro destes dois novos universos, o da preservação do patrimônio moderno e o da adaptação deste para o acesso universal, apresentar, por meio de dois exemplos, uma metodologia que discute a construção de um arcabouço de conhecimentos para a prática preservacionista contemporânea. Os estudos de caso escolhidos são obras paradigmáticas da arquitetura moderna brasileira, em Brasília: o Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores – MRE e o Instituto Central de Ciências – ICC, edifício da Universidade de Brasília – UnB, ambos projetados por Oscar Niemeyer, na década de 1960. Está estruturado em cinco partes: A primeira apresenta as características da arquitetura moderna brasileira e inicia a discussão dos aspectos referentes à autenticidade. A segunda discute conceitos básicos da prática preservacionista como a adaptação, a acessibilidade e a distinguibilidade buscando sua atualização para a discussão do patrimônio moderno. A terceira apresenta brevemente a metodologia utilizada para a realização dos estudos de caso. A quarta apresenta os estudos de caso e a quinta dá-se a guisa de conclusão.

2. A ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA

Para Yves Bruand [4], a arquitetura moderna brasileira apesar de sua grande variedade apresenta algumas características globais capazes de qualificá-la mesmo quando se analisam edificações de diferente tipologia funcional como, por exemplo, habitações, edifícios comerciais ou públicos, igrejas

ou mesmo palácios. São nove os seus traços definidores organizados em três ordens distintas que envolvem: 1) a técnica construtiva, essencialmente o concreto armado, 2) as questões de ordem metodológica como a valorização da produção artesanal, a produção fundamentada na razão e o desejo da criação simbólica e, 3) a questão formal, que envolve a monumentalidade, a plasticidade, a simplicidade, a leveza e a decoração das edificações produzidas.

Cada um destes traços é fundamental para estabelecermos, de maneira geral, as características da arquitetura moderna brasileira para a configuração de um quadro de valores a ser apreciado e confrontado durante procedimentos de intervenção. Valores, conceitos e ideias presentes na produção da arquitetura moderna brasileira poderão desta maneira ser resgatados e/ou valorizados no processo de preservação do patrimônio arquitetônico. São eles: 1. Arquitetura de concreto armado; 2. Arquitetura artesanal; 3. Arquitetura racionalista; 4. Arquitetura simbólica; 5. Monumentalidade; 6. Plasticidade; 7. Simplicidade; 8. Leveza; 9. Riqueza decorativa [4].

A conceituação da arquitetura moderna brasileira elaborada por arquiteto e historiadores como Lúcio Costa, Henrique Mindlin, Yves Bruand, Glauco de Oliveira Campello e Carlos Eduardo Dias Comas, dentre outros, permite-nos estabelecer os elementos básicos que compõem o seu caráter, como as fachada e planta livres, a janela em fita, o terraço jardim obtidos a partir do sistema estrutural, da técnica construtiva do concreto armado, os acessórios para a proteção solar, como o *brise-soleil* e os cobogós, a arte integrada, as vedações independentes (planta livre), as linhas sinuosas, as rampas e escadas monumentais que configuram a *promenade architecturale*, entre outros. Elementos que um profissional deverá, durante a utilização da Matriz de Autenticidade e Acessibilidade, identificar de modo a estabelecer linhas guia para ações para a adaptação. O que significam, no entanto, patrimônio e autenticidade neste contexto?

O patrimônio cultural é uma construção social fundamentada nos valores que lhes são atribuídos em diversos momentos de sua existência. Sua conservação está estritamente relacionada à preservação destes mesmos valores, quase que em uma relação tautológica. Porém, como verificar a veracidade em um determinado bem de modo que ele seja corretamente qualificado e, posteriormente, adequadamente preservado? A Carta de Nara (1994) [6] apresentou a autenticidade como o principal elemento para a qualificação dos valores que caracterizam um bem e que podem variar em função de aspectos sociais e culturais, mas que, porém incluem sempre: Forma e desenho; materiais e substância; uso e função; tradição e técnicas; localização e espaço e; espírito e sentimento.

Herb Stovel [7] afirma que a partir da adoção do Documento de Nara sobre a Autenticidade houve uma mudança tanto na teoria quanto na prática da preservação do patrimônio mundial. O documento possibilitou a utilização da autenticidade como um instrumento guia para não apenas a seleção do patrimônio cultural que viria a figurar na lista do patrimônio mundial, mas como uma ferramenta de preservação. Não sendo a autenticidade um valor em si e sim uma característica dos valores que qualificam um bem cultural ela reflete os valores percebidos pelo avaliador e considerados como fundamentais. A partir desta identificação pode-se construir o planejamento para a conservação do bem visando preservar os valores percebidos e também resgatar valores que em algum determinado momento da história do patrimônio dele fizeram parte.

Considerando a autenticidade como a capacidade que um determinado patrimônio cultural possui para transmitir seu significado, define-se por princípio que garantir a sua preservação exigirá o diagnóstico dos valores a ele atribuídos. Só então se pode desenvolver um plano de ação de conservação e/ou planos de intervenção que não interfiram minimamente sobre os valores identificados. Em contrapartida, dadas às características da arquitetura moderna, a conceituação da autenticidade deverá ocorrer de maneira diferenciada. Se a autenticidade de um bem é a capacidade do mesmo em transmitir para as gerações presente e futura seu significado, expressamente vinculado a características materiais, segundo a prática preservacionista tradicional, então o conceito deverá agora incluir em seu escopo o fato de que preservar as obras da arquitetura moderna significa abrir mão do respeito exclusivo à consistência material da obra (da pátina) de forma a garantir sua concepção espacial inovadora. De posse da análise de autenticidade é possível intervir para adaptar, no entanto, em que consiste a adaptação?

3 A ADAPTAÇÃO PARA A ACESSIBILIDADE DOS BENS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO CULTURAL

3.1. Adaptação

Adaptar não é restaurar. A adaptação, segundo a Carta de Burra (1999), consiste em “*modifying a place to suit the existing use or a proposed use*” [8]. E seus princípios exigem a mínima intervenção e impacto mínimo sobre a significância cultural do bem. Em sua essência, referem-se à preservação da consistência material do bem. A acessibilidade, por sua vez, é uma intervenção de adaptação, pois tem como objetivo modificar a edificação e possibilitar seu uso seguro e autônomo. No entanto, em muitos casos o mínimo impacto e a mínima intervenção não são suficientes para resolver a questão. A instalação de uma plataforma ou elevador, a criação de uma rampa tem consequências sobre a configuração espacial que podem não ser consideradas mínimas.

3.2. A Acessibilidade

A acessibilidade consiste nas adaptações necessárias para conferir a um determinado patrimônio arquitetônico as características sugeridas pelo desenho universal, ou seja, ser acessível a todos de maneira segura e autônoma. Por lidar com intervenções no ambiente construído, a acessibilidade é o conceito adequado no que diz respeito às intervenções para adaptação do patrimônio cultural, em sua maioria, construídos em períodos da história onde acesso universal, igualdade e mesmo respeito ao direito de todos não eram questões sequer discutidas. E mesmo quando falamos do patrimônio arquitetônico moderno construído recentemente nas décadas de 1980 ou 1990, por exemplo, a acessibilidade, no Brasil, ainda não era uma realidade legal.

Por definição da Norma Brasileira NBR-9050:2004 [9], acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. E “acessível”, segundo a norma, é todo o “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida” [8].

Para Rodrigues e Miranda [10] “o princípio da fruição coletiva do patrimônio cultural decorre diretamente do art. 215, caput, da Constituição Federal”. E, no art. 227, § 2º encontramos referência direta às adaptações necessárias para o acesso aos edifícios de uso público às pessoas com deficiência. A Constituição Federal em seu texto, portanto garante a todos o direito do acesso aos bens culturais em igualdade de condições e autonomia. O direito de usufruir um bem cultural é um princípio jurídico onde os desiguais devem ser tratados de maneira desigual, ou seja, o ambiente construído deve oferecer tratamentos diferenciados às pessoas em razão de suas diferentes necessidades e é por meio desta ação, o princípio da isonomia, que se pode promover a igualdade.

Dentre as ações para a adaptação para a acessibilidade as que mais impacto apresentam sobre a conformação espacial dos bens culturais são as direcionadas a atender às necessidades de pessoas com deficiências visuais e de mobilidade, em especial, as pessoas em cadeiras de rodas. Estas adaptações deverão, segundo os princípios da prática preservacionista tradicional, ser facilmente perceptíveis. A Carta de Veneza (1964) expressa que as inserções serão toleradas na medida em que se harmonizem e “respeitem todas as partes interessantes do edifício” [11]. Por extensão, apesar de não existir uma referência direta sobre a forma como tais adições devem ser executadas, infere-se, pelo Art. 12 (que trata da recomposição de partes faltantes), que as inserções devem distinguir-se das partes originais de modo a evitar o falso histórico ou artístico. O uso de técnicas e materiais modernos é também tolerado. Tais interpretações referentes à restauração foram estendidas a outras atividades da intervenção, como a adaptação e o reuso e foram tratadas com bastante liberdade expressiva nas ações no patrimônio industrial.

3.3. Distinguibilidade

A distinguibilidade é, portanto uma das ações utilizadas por extensão, a partir do conceito de

restauro, nas intervenções de adaptação, reconstituição, reestruturação, mudança de uso, entre outros. O princípio criou a possibilidade de utilização de materiais contemporâneos como o aço inoxidável, o aço patinável (*weathering steel*), o vidro, o concreto armado aparente como elementos expressivos da linguagem arquitetônica. Quando a intervenção ocorre em edificações tradicionais, a inserção de tais materiais é facilmente perceptível, no entanto, estes mesmos materiais são parte da expressão original da arquitetura moderna.

A distinguibilidade das intervenções em edificações de arquitetura moderna não deve ser entendida simplesmente como uma questão de seleção de materiais. Contrapor ao aço patinável o aço inox, por exemplo, com o uso de uma linguagem que se aproxime daquela presente na edificação original, como sugere a prática preservacionista tradicional, pode originar um falso histórico. A questão aqui novamente está no paradigma da arquitetura moderna e de sua preservação através do respeito a sua concepção espacial. A distinguibilidade neste caso não está nos materiais, mas na linguagem arquitetônica contemporânea que deve harmonizar-se com a linguagem original, como sugere a Carta de Brasília (1995): “A intervenção contemporânea deve resgatar o caráter do edifício ou do conjunto – destarte rubricando sua autenticidade – sem transformar sua essência e equilíbrio, sem se deixar envolver em arbitrariedades, mas enaltecendo seus valores” [12].

A reunião de todas estas informações, como as barreiras para a acessibilidade, os valores dos bens culturais (autenticidade), sua configuração espacial, entre outros é a base para a intervenção. Consolidar todas elas em um único documento é a proposta da Matriz de Autenticidade e Acessibilidade utilizada para a avaliação dos estudos de caso, porém em razão de sua dimensão ela é muito brevemente apresentada a seguir.

4. A MATRIZ DE AUTENTICIDADE E ACESSIBILIDADE

A metodologia de análise utilizada nos estudos de caso foi resultado de pesquisa de doutorado [13], que analisou edificações que receberam investimentos do Programa Monumenta no período de 2000 a 2005. As edificações estudadas apresentam características da arquitetura colonial brasileira e situam-se historicamente entre o século XVIII e início do século XX. A matriz de Acessibilidade e Autenticidade foi construída a partir da avaliação de autenticidade, proposta por Koenraad van Balen [14]. A pesquisa envolve a busca por informações a respeito da história da edificação, a avaliação de suas características arquitetônicas, da conformação e configuração do espaço interno, de sua implantação no lote e no entorno, de sua importância para a comunidade local e a forma como estas se relacionam. Estas informações são apresentadas em uma primeira tabela chamada de Tabela de Autenticidade.

O segundo momento da metodologia é a avaliação das características do patrimônio construído quanto à acessibilidade. Este passo consiste na visitação ao bem cultural e a verificação da presença ou ausência de mais de cem (100) itens distribuídos em treze (13) áreas como, pisos, rotas de fuga, auditórios, sanitários, elevadores, escadas, rampas, portas, corredores, entre outros. As observações do avaliador são apresentadas em uma tabela e podem ser sintetizadas em um mapa sinóptico onde as áreas que apresentam ou não características físicas, como desníveis, cores, larguras, ausência ou não de acessórios como barras, corrimãos, entre outras exigidas pela norma NBR-9050:2004, sejam indicadas.

A fusão das tabelas anteriores em um único documento dá origem à Matriz de Autenticidade e Acessibilidade. As não conformidades identificadas na Avaliação de Acessibilidade são o ponto de partida para a construção da Matriz de Autenticidade e Acessibilidade. A pergunta feita nesta fase da metodologia é: Como cada uma das intervenções necessárias para adequar o bem às exigências da lei poderá alterar/danificar os aspectos forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço e espírito e sentimento em relação a cada uma das dimensões do patrimônio cultural: artística, histórica, social e científica? Porém, no caso do patrimônio arquitetônico moderno deve-se avaliar não apenas os impactos da adaptação para a acessibilidade sobre a consistência material do bem. Mas, sobretudo a manutenção da integridade e autenticidade da concepção espacial moderna. Essa ferramenta foi utilizada nos casos apresentados a seguir.

5. ESTUDOS DE CASO

5.1. Palácio Itamaraty (1962)

Projetado por Oscar Niemeyer, em 1962, “a caixa de jóias da república brasileira” [15] reflete a retomada pelo autor do tema “Palácio”. A edificação apresenta três dos cinco pontos da “nova arquitetura”, a planta e a fachada livres e o terraço-jardim. O arquiteto fez uso concreto armado e do sistema de composição do partido em tema destaque/tema base. O palácio, tema destaque, em estrutura de concreto aparente, volume quadrado e baixo, com 84m de lado e aproximadamente 13,5m de altura e que abriga as atividades nobres do programa de necessidades. E o tema base, um edifício longo e alto (barra), o Anexo 1, onde se localizam todos os serviços do dia-a-dia do ministério. A *promenade architecturale* está presente no palácio no trajeto para o terraço-jardim acessado por meio de duas escadas. A primeira em “U” dá acesso ao mezanino e, a segunda, retilínea e transversal ao edifício faz a ligação para o terceiro pavimento dando acesso aos salões de banquete e exposições que se abrem para o terraço (projeto de Burle Marx).

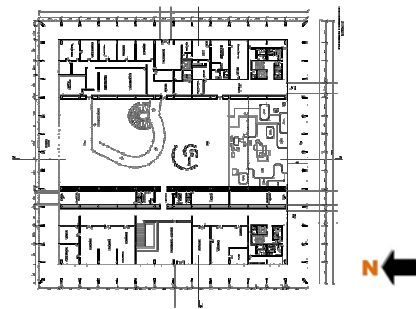


Foto 1 – O Palácio Itamaraty – no espelho d’água a escultural “Metéoro” de Bruno Giorgi e ao fundo a esquerda o Anexo 1. Foto 2 – Planta do nível Térreo. Fonte: Marco Aurélio da Silva Máximo e Ministério das Relações Exteriores – MRE.

Inaugurado apenas em 1970, o Palácio abriga o Ministério das Relações Exteriores – MRE e diferentemente dos outros palácios projetados pelo arquiteto na capital a edificação possui estrutura aparente em todas as suas fachadas. Os palácios da Alvorada, do Planalto, do Supremo Tribunal e o Palácio Raymundo Faoro (Ministério da Justiça) apresentam pilares aparentes apenas em duas de suas fachadas. O Itamaraty também possui uma variedade de obras de arte integradas, como painéis de Athos Bulcão, afrescos de Alfredo Volpi, a escultura “Metéoro” de Bruno Giorgi (Foto 2) localizada no espelho d’ água, entre outras. A cobertura da edificação é composta por um sistema de vigas faixa (largura maior que a altura) com 0,60m x 4,00m no sentido Norte-Sul e vigas tradicionais, com 1,20m x 0,20m, no sentido Leste-Oeste. Esta configuração concebida pelo engenheiro Joaquim Cardozo possibilitou, segundo Inojosa e Buzar [16], que a maior parte dos esforços da estrutura fosse concentrada nos pilares internos (sentido Leste-Oeste) permitindo assim a leveza da solução plástica proposta por Niemeyer para os pilares da fachada.

A edificação possui um acesso simbólico em rampa (com 4% de inclinação) localizado na fachada Norte sobre o espelho d’água que dá acesso ao hall e quatro (04) outros, de serviço, sendo dois (02) na fachada Sul e um nas fachadas Leste e Oeste, respectivamente. A edificação conta com três elevadores que dão acesso a todos os pavimentos da edificação e o subsolo, sendo um de uso exclusivo do Ministro das Relações Exteriores.

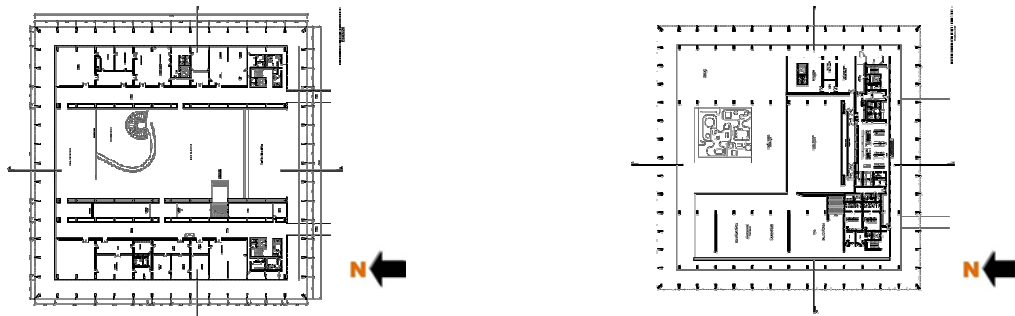


Foto 3 – Planta do Segundo Pavimento. Foto 4 – Planta do Terceiro Pavimento. Fonte: Marco Aurélio da Silva Máximo e Ministério das Relações Exteriores – MRE.

As principais não conformidades identificadas durante a avaliação de acessibilidade quanto aos requisitos normativos de acessibilidade e segurança, segundo Máximo et al. [17], foram: 1) superfícies externas irregulares, desníveis e falta de rebaixos nos pisos das calçadas de acesso; 2) ausência de sinalização horizontal adequada no estacionamento e ausência de sinalização indicativa, informativa e direcional; 3) falta de corrimãos em rampas e escadas; 4) ausência de mapas e planos táteis; 5) Balcões da recepção não adaptados, falta de treinamento específicos dos guias para atendimento em caso de visitas com deficientes, como a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e procedimentos para atendimento de pessoas com deficiências, entre outros; 6) Os corredores internos são estreitos e há desníveis em um mesmo pavimento o que gera degraus para acesso a algumas salas; 7) não há sistema de alarme sonoro e luminoso em caso de incêndio e pânico; 8) as portas são estreitas e de difícil manuseio (necessidade força excessiva para sua abertura) com maçanetas inadequadas; 9) as escadas de serviço são estreitas sem e os degraus não possuem espelho fechado; 10) o auditório no subsolo não possui rampas e não há banheiros adaptados; 11) não há brigada de combate a incêndio na edificação.

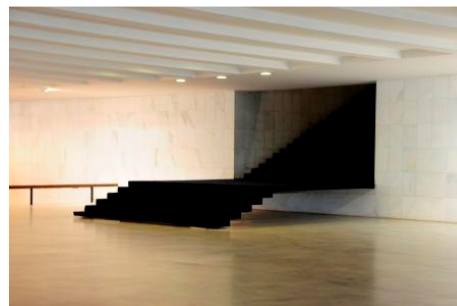


Foto 5 – Escada de acesso ao mezanino. Foto 6 – Escada de acesso ao terraço. Fonte: Marco Aurélio da Silva Máximo

Após a construção da Matriz de Autenticidade e Acessibilidade identificou-se que as adaptações interfeririam pouco com a consistência material do bem, porém a *promenade architecturale*, parte da concepção arquitetônica moderna, deve ser cuidadosamente avaliada, pois a inserção de guarda-corpos, corrimãos e qualquer equipamento mecânico no trajeto significaria alterar sua autenticidade. O partido que estruturou a edificação em faixas de atividades, a leste e oeste as atividades administrativas e no centro as atividades nobres, como o hall de recepção, jardins, mezanino e terraço-jardim e as circulações lineares direcionam as adaptações para as extremidades dotando a composição espacial da área central de ações mínimas que garantam o acesso e a *promenade a todos*.

5.2. Instituto Central de Ciências – ICC (1962)

O Instituto Central de Ciências – ICC ou “minhocão” (como é conhecido pela população da cidade de Brasília) é parte da primeira fase de implantação da Universidade de Brasília – UnB. Foi projetado em 1962 por Oscar Niemeyer e construído sob a supervisão e detalhamento do arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé. O ICC, um edifício de concepção e dimensões marcantes tanto no campus universitário como na cidade de Brasília, possui 696,00m de extensão e é conformado por dois blocos paralelos ligados por um jardim central (terraço-jardim) com 15,00m de largura. Os blocos organizam-se em três segmentos, chamados de alas norte, centro e sul sendo as alas norte e sul segmentos retos e o centro, um arco. No encontro das alas localizam-se as duas principais entradas (norte e sul). A edificação conta ainda com dois acessos nas extremidades. Cada bloco possui dois pavimentos e um subsolo. O bloco localizado a oeste (Bloco B) possui 25,00m de largura e foi criado para abrigar salas de professores e dezenove (19) anfiteatros com capacidade para 228 pessoas cada. O bloco leste (Bloco A) possui 30,00m de largura e abrigaria as funções de laboratórios pesados e salas de aulas. O subsolo entre os blocos foi ocupado por sugestão da Construtora Rabello responsável pela obra como um bloco de laboratórios e depósitos (Bloco C) de teto ajardinado.

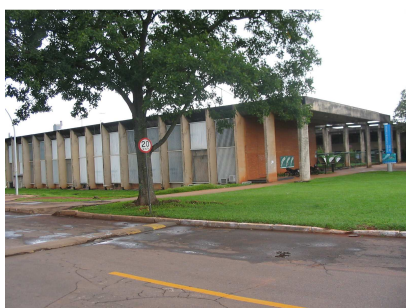


Foto 7 – Instituto Central de Ciências – ICC. Vista do Bloco B final da Ala Sul. Foto 8 – Entrada Sul. Fonte: Oscar Luís Ferreira.

O edifício é composto por um sistema pré-fabricado produzido *in-situ* caracterizado pelo número reduzido de peças em concreto armado aparente: pilares com seção retangular de 0,20m x 1,50m e altura de 10,00m, vigas simples, vigas protendidas em “T” com 30,00m de vão, que unidas aos pilares formam os pórticos que caracterizam a edificação. As lajes são protendidas com 1,00m de largura e comprimento variável de acordo com o vão a ser coberto e há ainda uma peça de acabamento nas extremidades dos vãos entre pórticos. Os pórticos, espaçados a cada 3,00m, conferem a edificação seu ritmo característico. Os materiais de vedação e acabamento utilizados são a alvenaria de tijolos cerâmicos aparentes, divisórias em placas cimentícias, piso em granilite cinza, polido nas áreas internas e sem acabamento nas áreas descobertas.

Não há obras de arte integradas, nem o uso do tema destaque/tema base. No entanto, a edificação nunca foi concluída e uma maquete original apresenta coberturas em casca de concreto com curvaturas variadas marcando os acessos norte e sul. Niemeyer apesar de propor uma edificação extremamente simples ousou nas entradas onde propôs um mezanino acessado por uma rampa em “U” na ponta de um grande balanço. A solução conforma a *promenade architecturale* que conecta a rua do térreo com a circulação mais estreita do pavimento superior. A planta e a fachada livres estão presentes na concepção espacial da edificação, além do uso do concreto armado aparente e do *Brise-soleil* que oferece unidade ao conjunto. O subsolo é acessado por diversas escadas ao longo do corpo de toda a edificação, nos Blocos A e B. Todos os níveis são acessados por três (03) elevadores (instalados em 2008), um em cada ala do Bloco B apenas.

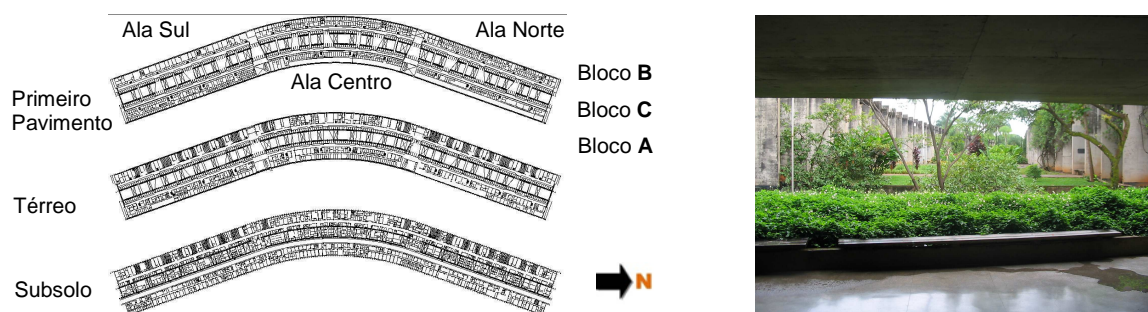


Foto 9 – Plantas do Instituto Central de Ciências. Foto 10 – Jardim central (terraço-jardim).
Fonte: Centro de Planejamento Oscar Niemeyer – CEPLAN e Oscar Luís Ferreira.

Por suas características, o ICC é reconhecidamente um monumento da arquitetura moderna brasileira e goza da “dúplice polaridade estética e histórica” proposta por Cesare Brandi [18] em sua “Teoria da Restauração”. Desta maneira, desfruta, ou pelo menos deveria, do respeito a tais instâncias estéticas/artísticas e também históricas em todas as intervenções que sofre diariamente, tanto para manutenção, como para adaptação.

A avaliação de acessibilidade identificou diversos problemas, entre os mais graves estão: 1) a dificuldade de acesso ao pavimento superior do Bloco A que não possui elevadores; 2) não é possível passar do Bloco C para o A pelo subsolo devido a uma via para veículos de serviço rebaixada (1,50m) que corta toda a edificação. As rampas instaladas para a transposição da via não atendem a norma NBR 9050:2004 e o corredor de serviço lateral a via possui diversas interferências e estreitamentos que impossibilitam a circulação de pessoas em cadeira de rodas, não há também guarda-corpo ou sinalização tátil de alerta ao longo da via; 3) só é possível passar do Bloco A para o B e vice-versa pelas entradas norte e sul, pois no restante do trajeto há um desnível de 0,20m entre o piso da circulação e o piso do terraço-jardim que impede o acesso a pessoas em cadeiras de rodas; 4) não há também piso tátil de alerta ou direcional no ICC; 5) todos os elevadores não estavam em condições de uso durante a visita; 6) não é possível pela inexistência de rampas adequadas acessar outras edificações do campus; 7) os balcões de informações das entradas Norte e Sul não possui área rebaixada; 8) a grelha metálica de piso possui barras longitudinais e não perpendiculares ao sentido da circulação; 9) há desníveis entre as circulações no primeiro pavimento dos blocos A e B e a laje de conexão sobre as entradas Norte e Sul em razão de movimentação na estrutura das lajes em balanço. Em um caso o desnível chega a 0,18m; 10) as rampas do ICC não estão adaptadas para a acessibilidade universal, apresentam inclinação de 15% sem nenhum patamar de descanso. Elas, no entanto, representam a *promenade architecturale* da arquitetura moderna brasileira e não o desenho universal; 11) Todas as escadas (sem exceção) apresentam degraus sem espelhos.

As intervenções para acessibilidade não representaram, após a elaboração da matriz, um grande impacto sobre a consistência material do bem. Porém, intervenções como a adaptação das rampas ao uso de todos significaria descaracterizar um elemento da concepção espacial da edificação (*promenade architecturale*) e dano a sua autenticidade. A instalação dos elevadores por sua vez, ao utilizar linguagem e materiais similares ao existente, promoveu o mascaramento da intervenção por meio do tratamento uniforme e a possível criação do falso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário que se construiu até aqui apresentou uma arquitetura moderna cujas características ao mesmo tempo em que se contrapõem às tradições não se afastam delas completamente. Aos cinco pontos da “nova arquitetura” propostos por Corbusier acrescentaram-se ainda o artesanato, a arte integrada, a simplicidade, o simbolismo, entre outros. Aspectos da tradição construtiva que dão origem a uma arquitetura nacional, brasileira e que floresceu na cidade de Brasília. E é hoje

vivenciada no dia a dia.

Acrescente-se a este panorama, a dificuldades em se valorar tal arquitetura em razão da proximidade histórica e da utilização de materiais e técnicas que já demonstraram não possuir a durabilidade adequada em razão de fatores como a nova forma de aplicação de materiais tradicionais, a inexistência de estudos aprofundados sobre a durabilidade de novos materiais além do entendimento moderno de que a pátina presente no concreto armado aparente, no aço ou vidro não representam valor, mas sintomas de patologias. Desta maneira, a conceituação da autenticidade, entendida como avaliação da consistência material dos bens, é colocada em questão na análise do patrimônio moderno. A preservação do bem cultural moderno deve endereçar não apenas as questões materiais e sua integridade, como sugere a prática preservacionista tradicional, mas estar vinculada a um novo paradigma que relacione a permanência do passado presente na sobrevivência no tempo de uma concepção espacial moderna intrinsecamente ligada à integração das artes, à *promenade architecturale*, ao uso do *pilotis*, ao terraço-jardim, à janela em fita, à fachada livre e à planta livre. Outro acréscimo a este quadro deve-se as exigências do tempo presente. Da legislação e do imperativo moral da adaptação para o acesso universal aos bens do patrimônio cultural. Configuram-se as perguntas: Como intervir sem ferir a autenticidade? Como intervir sem ferir a concepção espacial moderna?

E neste cenário, como situar os estudos de caso, Palácio Itamaraty e o Instituto Central de Ciências? No Palácio Itamaraty, a concepção segue o partido tema destaque/tema base, adota três dos cinco pontos da arquitetura moderna, a planta e a fachada livres e o terraço-jardim, a *promenade architecturale* também está presente e a arte integrada, características da arquitetura moderna brasileira que não se afastou completamente da tradição como o fez a arquitetura europeia. Estas características foram identificadas por meio da Tabela de Autenticidade e valoradas como fundamentais para a preservação da edificação. Qualquer adaptação que interfira com tais valores deve ser criteriosamente avaliada. Na sequência, a Matriz de Autenticidade e Acessibilidade comprovou a necessidade de se adequar às exigências legais as áreas que conformam a concepção espacial moderna do palácio (sua autenticidade), em especial, o conceito proposto por Niemeyer da *promenade architecturale* (passeio arquitetural), o caminho que parte do exterior através da rampa principal que dá acesso ao hall central e à escada monumental (sem espelhos ou corrimão) e a partir dela chega-se ao mezanino e à escada retilínea (sem guarda-corpo e corrimão) e ao terraço-jardim. Um percurso repleto de obras de arte, painéis, afrescos, esculturas, jardins de Burle Marx, jóias da república dentro da caixa de concreto e vidro.

No ICC, o cenário difere apenas quanto à composição do partido arquitetônico. Dos cinco pontos temos a planta e fachadas livres, o terraço-jardim e a *promenade architecturale*. Porém, o partido tema destaque/tema base não está presente. Novamente, a *promenade* foi o ponto focal da avaliação de autenticidade. A primeira tabela revelou a importância do passeio arquitetural como elemento de composição espacial da arquitetura de Niemeyer. As duas longas ruas de pedestres são integradas ao pavimento superior nas duas praças ou entradas do edifício. Nelas encontram-se as rampas monumentais em balanço simplesmente apoiadas em uma laje também em balanço que cobrem as praças e conectam as circulações do pavimento superior. A Matriz de Autenticidade e Acessibilidade por sua vez indicou a necessidade de adaptação indicando o conflito entre legislação e a preservação do patrimônio moderno em sua autenticidade.

Uma resposta possível às questões colocadas anteriormente indica que adaptar as obras da arquitetura moderna brasileira deve consistir em intervir com respeito a suas características espaciais tendo em perspectiva que este tipo de ação (que não se confunde com o restauro) foi por muitas vezes descompromissado com o patrimônio cultural. O Restauro em sua concepção mais moderna é, segundo Eneida de Almeida [19], uma ação fundamentada em exaustiva pesquisa histórica e que se diferencia, portanto de ações como a mudança de uso, a reconstrução ou a adaptação. O que se pretende com este artigo é a fundamentação histórica das ações de adaptação respeitando a arquitetura existente, sua consistência material e, principalmente, sua concepção espacial moderna, porém atualizando-a as exigências legal e

moral do tempo presente. A materialização destas ações dar-se-á por meio da utilização de materiais e técnicas contemporâneas e, especialmente, pelo uso de uma linguagem arquitetônica também contemporânea, tendo em vista que, dadas às características da arquitetura moderna brasileira, uma nova leitura da autenticidade é necessária. Uma conceituação que inclua em seu escopo o fato de que preservar o moderno significa abrir mão do respeito exclusivo à consistência material da obra de forma a garantir a concepção espacial inovadora moderna.

A Matriz de Autenticidade e Acessibilidade tem, por fim, a função de provocar arquitetos e responsáveis pelas intervenções a construir um arcabouço o mais completo possível sobre o bem patrimonial, cruzando informações e avaliando suas interdependências. Vale, por fim, lembrar Juncà Ubierna [5], a prática preservacionista tradicional deve mudar de paradigma e buscar avaliar as intervenções para acessibilidade de modo mais receptivo e, se possível, mais flexível. Afinal, o envelhecimento é um fato natural da vida humana.

REFERÊNCIAS

- [1] A. Rossi, *A Arquitetura da cidade*. Martins Fontes, (2001).
- [2] J. Jokhileto, Continuity and change in recent heritage. UNESCO/World Heritage Centre – WHC, *Identification and Documentation of Modern Heritage*, pp. 101-12, (2003).
- [3] T. H. M. Prudon, *Preservation of Modern Architecture*. John Wiley & Sons, Inc, (2008).
- [4] Y. Bruand, *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, Editora Perspectiva, (1981).
- [5] J. A. J. Ubierna, “El binômio acessibilidade y patrimonio: a la búsqueda de un equilibrio compatible”, *Accesibilidad y Patrimonio. Yacimientos arqueológicos, cascos históricos, jardines y monumentos*, Junta de Castilla y León, pp.31-35, (2007).
- [6] I. Cury, *Cartas Patrimoniais*, IPHAN, pp. 319-322, (2004).
- [7] H. Stovel, *Origins and Influence of the Nara Document on Authenticity*. APT Bulletin, Vol. 39(2/3), pp. 09-17, (2008).
- [8] Australia ICOMOS, *The Burra charter, 1999*, Australia ICOMOS, (1999).
- [9] Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, ABNT, (2004).
- [10] J. E. R. Rodrigues e M. P. de S. Miranda, *Estudos de direito do patrimônio cultural*. Ed. Fórum, (2012).
- [11] I. Cury, *Cartas Patrimoniais*, IPHAN, pp. 91-95, (2004).
- [12] I. Cury. *Cartas Patrimoniais*, IPHAN, pp. 323-328, (2004).
- [13] O. L. Ferreira, *Patrimônio Cultural e Acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005* (Tese). Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PPG/FAU/UnB, (2011).
- [14] V. B. Koenraad, “The Nara Grid: An evolution Scheme based on the Nara Document on Authenticity”. *Association for Preservation Technology International – APT Bulletin*, Vol. 39(2/3), pp. 39-45, (2008).
- [15] A. Schlee e S. Ficher, *Guia de obras de Oscar Niemeyer: Brasília 50 anos*. Instituto dos Arquitetos do Brasil : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, (2010).
- [16] L. S. P. Inojosa, M. A. R. Buzar, “O Sistema Estrutural na obra de Oscar Niemeyer em Brasília”. E. Dvorkin, M. Goldschmit, M. (Eds.), *Mecânica Computacional*, Vol. XXIX, pp. 9903-9927, (2010).
- [17] M. A. da S. Máximo e O. L. Ferreira, “Palácio Itamaraty em Brasília: Análise de adequação às normas brasileiras sobre acessibilidade e propostas de melhoria, respeitando a autenticidade”. *5º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável*, 2012, PLURIS, Brasília (2012).
- [18] C. Brandi, *Teoria da Restauração*, Ateliê editorial, (2004).
- [19] E. de Almeida, *O ‘construir no construído’ na produção contemporânea: relações entre teoria e prática*. (tese) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, (2010).